

ESCOLA SENAI "SHUNJI NISHIMURA"

PROPOSTA PEDAGÓGICA

The logo for SENAI, featuring the word "SENAI" in a bold, italicized, sans-serif font. The letters are white and set against a dark red rectangular background. On either side of the text, there are vertical white lines of varying lengths, creating a stylized, architectural appearance.

SENAI

Proposta Pedagógica

© SENAI – 2022

Proposta elaborada pelo CFP 9.28 com a cooperação de representantes das empresas, colaboradores, comunidade, família e alunos.

Direção	Ronaldo Sotrate Júnior
Coordenação	Ana Carolina M. da Silva Nascimento
Elaboração	Ana Carolina M. da Silva Nascimento Álvaro José de Mello Aristóteles Guido Rodrigues Caio César Fernandes Margarete Morche Gehring Rita de Cássia Kantowitz Schivo
Colaboração	Funcionários e Equipe escolar Alunos e comunidade escolar
Revisão	Ana Carolina M. da Silva Nascimento
Normalização e editoração	Álvaro José de Mello
Planejamento visual	Álvaro José de Mello

Escola SENAI “Shunji Nishimura”
Av. Fundação Shunji Nishimura, nº 605 – Distrito Industrial
Pompeia-SP
CEP 17.586-200
Telefone/fax (14) 3405-1550
e-mail: senaipompeia@sp.senai.br
site: pompeia.sp.senai.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONTEXTO HISTÓRICO	4
3. MISSÃO	5
4. IDENTIDADE E EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA JUNTO À INDÚSTRIA E COMUNIDADE	5
5. DIRETRIZES EDUCACIONAIS	9
6. ESTRATÉGIAS	14
7. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	19
8. COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	28
9. SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	30
10. DIPLOMAS E CERTIFICADOS	31
11. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD	31
12. AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO	32
13. INSTITUIÇÕES AUXILIARES	34
REFERÊNCIAS	37
CONTROLE DE REVISÕES	40

1. INTRODUÇÃO

Esta proposta pedagógica constitui, no Departamento Regional do SENAI de São Paulo, o compromisso educacional da Escola SENAI “Shunji Nishimura” em relação aos alunos, às indústrias, às famílias e à comunidade, bem como, reflete o modelo de ensino adotado e a qualidade de formação almejada.

A proposta pedagógica tem caráter estratégico e é parâmetro essencial para planos, projetos e atividades de educação e tecnologia da escola.

Ela contém os compromissos educacionais que a escola deseja alcançar e os meios utilizados para concretizar essas ações. É um instrumento de planejamento e avaliação que serve de subsídio para tomada de decisões de todos os membros da equipe gestora e pedagógica, bem como veículo da transparência das ações escolares para toda a comunidade.

Este documento é complementado pelo Plano Escolar Anual, que identifica resultados da escola e planos de ação para consecução dos objetivos.

A Escola SENAI “Shunji Nishimura”, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, de acordo com o artigo 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Escola SENAI “Shunji Nishimura”, exercendo com criatividade e responsabilidade a sua autonomia e observadas as políticas e diretrizes institucionais define aqui o seu projeto pedagógico, tendo em vista as necessidades locais ou regionais, bem como, a vocação e a capacidade da unidade escolar, conforme prevê a Resolução RE – 04/21, do SENAI-SP.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

A Escola SENAI “Shunji Nishimura” foi fundada por meio de uma parceria entre o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado em 22 de Janeiro de 1942, e Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia, mantenedora do antigo Colégio Técnico Agrícola de Pompéia, instituído em 26 de Abril de 1982, e da antiga Escola Profissionalizante “Chieko Nishimura”, inaugurada em 08 de Janeiro de 2005.

O Colégio Técnico Agrícola, instalado numa área de 35 alqueires, tinha por objetivo preparar jovens para atuar no mercado agrícola. Ao longo dos anos, o Colégio Técnico Agrícola formou jovens brasileiros e estrangeiros com um curso de duração de três anos em regime de internato, realizando estágio em diversos estados do Brasil e no exterior.

Vários convênios foram firmados com a instituição para o aprimoramento da prática educativa. Em 1985, com a ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, em 1986, com a UNESP – Universidade Estadual Paulista de Botucatu, em 1991, com o ITAL – Instituto Tecnológico de Alimentos de Campinas e, em 2009, convênio com o SENAI São Paulo e a Prefeitura Municipal. Essa é origem da Escola SENAI “Fundação Shunji Nishimura”, que marca nova fase da Fundação Shunji Nishimura, voltada à educação profissional técnica nas áreas da Mecânica e Eletroeletrônica.

Em 23 de Abril de 2009 é assinado convênio de cooperação técnica e outras avenças e em 03 de Agosto de 2009, a Escola SENAI “Shunji Nishimura” inicia suas atividades conforme CO-53/09. O SENAI-SP decide, então, homenagear Shunji Nishimura, fundador das Máquinas Agrícolas Jacto S/A, uma das mais importantes empresas de mecanização agrícola do Brasil e da Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia cujos alicerces desta, como se sabe, são orientação aos jovens para o mercado de trabalho e sua formação integral como homem, incorporando o seu nome como patrono deste Centro de Formação Profissional (CFP 9.28).

Em 10 de Maio de 2013 há a inauguração oficial da escola SENAI “Shunji Nishimura”.

3. MISSÃO

MISSÃO INSTITUCIONAL

“Promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira”.

MISSÃO DA ESCOLA

“Promover ações educacionais que proporcionem o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, bem como promover a inovação e transferência de tecnologias industriais e educacionais, o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização”

4. IDENTIDADE E EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA JUNTO À INDÚSTRIA E COMUNIDADE

A escola SENAI “Shunji Nishimura” tem sua missão inspirada na própria missão do SENAI e, ainda, no Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996): “Promover ações educacionais que proporcionem o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A escola possui convênio com a Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia e tem como idealizador o Sr. Shunji Nishimura, que teve o sonho de fundar uma escola de agricultura, onde a teoria e a prática caminhassem juntas e onde pudesse proporcionar ao jovem agricultor uma formação profissional de qualidade. A iniciativa e a filosofia educacional do Sr. Nishimura, inspirada na Rikkokai, escola preparatória de imigrantes japoneses, deu origem à Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia, onde o ensino era organizado em

torno do que é fundamental na formação de um ser humano: honestidade, trabalho e solidariedade.

Respeitando os princípios constitucionais, os princípios enunciados na LDB, e, ainda, os princípios institucionais, o SENAI de Pompeia elege como princípios da unidade:

- coexistência no desenvolvimento de cursos e programas na escola;
- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- valorização do profissional da educação escolar;
- garantia de padrão de qualidade;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- respeito à singularidade.

A maioria dos alunos que procura a escola é de Pompeia e região próxima até 50 quilômetros. Há, ainda, alguns casos de estudantes de outras regiões, inclusive outros Estados que nos procuram para os mais diversos cursos.

Pompeia situa-se na região centro-oeste do estado de São Paulo e, de acordo com dados do IBGE de 2020, a cidade possui uma área territorial de 784 km quadrados. Em termos sócio-econômicos, podemos dizer que a maioria da população se situa na zona urbana, fazendo parte da classe média, tendo em vista o relativo desenvolvimento industrial, comercial e agrícola do município.

Para alcançar plenamente sua missão, há uma preocupação na formação geral do educando como cidadão de modo que, compreendendo os fundamentos científicos e tecnológicos, possa relacionar a teoria e a prática, verificando sua real aplicabilidade, tanto na vida quanto adicionalmente ao seu desempenho profissional.

Atendendo à necessidade das indústrias da região para a formação de profissionais qualificados, ofertamos cursos de formação profissional e educação básica:

EPB - Educação Profissional Básica

Curso de Aprendizagem Industrial – CAI

- Soldador
- Mecânico de Usinagem
- Operador de Processos de Transformação de Polímeros
- Montador de Máquinas e Equipamentos Industriais
- Assistente Administrativo
 - Formação Inicial e Continuada Escola e Empresa

EPT - Educação Profissional Técnica

Curso Técnico – CT

- Técnico em Mecânica
- Técnico em Eletroeletrônica
- Técnico em Eletromecânica
- Técnico em Informática para Internet

EB - Educação Básica

Ensino Médio

EPT - Educação Profissional Técnica + EB - Educação Básica

- Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio

No ano de 2015 iniciamos a modalidade de curso Ensino Médio, que tem como foco a formação integral do ser humano, obedecendo aos objetivos previstos na legislação nacional para o Ensino Médio. Essa modalidade de curso é executada em um modelo educacional criado pela Escola Shunji Nishimura e a Gerência de Educação do SENAI-SP, denominada Transformação: Arquitetura Pedagógica do SENAI-SP para a Educação.

Visando o constante aprimoramento dos processos educacionais, os cursos de educação profissional vêm aderindo à Arquitetura Pedagógica Transformação em um processo de adaptação que obedece ao ritmo de

transformação comportamental, porém sempre em consonância com as orientações educacionais do SENAI-SP.

Tanto a educação profissional quanto o ensino médio, representando a educação básica, têm como objetivo qualificar profissionais para a indústria. Profissionais estes que estejam aptos e competentes para o exercício das diferentes profissões, com as capacidades técnicas específicas das qualificações, assim como com capacidades socioemocionais, tão necessárias ao mundo do trabalho para promover a inovação e o diferencial produtivo dentro das indústrias.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial, há mudanças nas habilidades mais demandadas nas ocupações. As mudanças são justificadas no contexto da chamada Quarta Revolução Industrial: era da robótica avançada, automação no transporte, inteligência artificial e aprendizagem automática. Para esse novo contexto, algumas profissões se manterão, outras extinguirão e, ainda, haverá adaptações para um terceiro grupo de profissões e, conseqüentemente, os profissionais que deverão atuar nessa nova realidade, que tem como um dos princípios a flexibilidade.

As habilidades que estarão em alta até 2025, apontadas pelo Fórum Econômico Mundial (WORLD ECONOMIC FÓRUM, 2020) são:

1. Pensamento analítico e inovação
2. Aprendizagem ativa e estratégias de aprendizado
3. Resolução de problemas complexos
4. Pensamento crítico
5. Criatividade, originalidade e iniciativa
6. Liderança e influência social
7. Uso, monitoramento e controle de tecnologias
8. Programação e design tecnológico
9. Resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade
10. Raciocínio lógico
11. Inteligência emocional
12. Experiência do usuário
13. Ser orientado a servir o cliente (foco no cliente)
14. Análise e avaliação de sistemas

15. Persuasão e negociação

Alinhado ao compromisso do SENAI com a educação de qualidade para a indústria, e com sua missão institucional, nos propomos a desenvolver profissionais preparados para o hoje e para o amanhã.

5. DIRETRIZES EDUCACIONAIS

Embasando nossa prática educacional, utilizamos as teorias de aprendizagem sócio-interacionistas e sócio-construtivistas, que auxiliam na compreensão do processo de ensino e aprendizagem enquanto construção que acontece na interação de seu aparato fisiológico com o meio que o cerca, sejam pessoas ou objetos. Segundo alguns autores, o construtivismo não é um método, mas tem implicações metodológicas no cotidiano de sala de aula. Seus principais autores, para fins de atuação educacional na escola, são Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon, Reuven Feuerstein e Philippe Perrenoud. É importante ressaltar que esses autores e muitos outros contribuem para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que considera o aluno como um dos protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. No caso de Reuven Feuerstein, sua contribuição se refere principalmente ao considerar que essa interação entre professor e aluno deve ser intencional e propõe a Aprendizagem Mediada, além de considerar que essa Aprendizagem Mediada produz a Modificabilidade Cognitiva Estrutural, que é a mudança estrutural que se processa na mente de uma pessoa, mesmo que ela apresente problemas em sua etiologia, geradas pelos contextos genéticos, neurofisiológico ou pela experiência educativa. É a capacidade de reagir ativamente aos estímulos, elaborando ações conscientes e com significado.

É importante ressaltar que todas as correntes filosófico-educacionais apontadas acima investigam a trama composta pelos processos de ensino e aprendizagem, constituídas por inúmeras facetas, especialmente no ambiente escolar e, como fator de complexidade adicional, esse tecido é vivo e constituído pelos inúmeros atores que agem nesse contexto. Isso significa dizer que as correntes e os autores destacados se relacionam de

uma maneira ou de outra pelas opções teórico-metodológicas adotadas e pelo próprio entrelaçado campo de estudo ao qual se dedicam.

5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A demanda pela educação profissional tem crescido à medida em que se constata que ela pode contribuir na criação de novas perspectivas para a vida econômica e profissional, de modo a facilitar nossa participação ativa em uma sociedade do conhecimento permitindo a aquisição de competências fundamentais para as atividades profissionais.

Assim sendo, nossa Proposta Pedagógica visa, junto ao educando:

- a capacitar-se para o processo de educação permanente, exigido pelas constantes inovações no mundo do trabalho, através das atividades cotidianas, projetos e atividades de complementação de estudos como visitas técnicas, culturais, sociais e ambientais que proporcionem ao educando uma visão mais próxima da realidade profissional em que está inserido.
- a ensinar pelo exemplo, não pelo sermão, aprende-se civismo e ética vendo funcionar uma organização honesta, justa, tolerante, generosa, disciplinada e disciplinante. É tornando a escola mais digna, mais íntegra que se obtém o ensino da dignidade e da ética. Desta forma a escola proporcionará ao aluno:
- Semanalmente, o hasteamento e o arriamento da Bandeira Nacional, com entoação do Hino Nacional Brasileiro por toda a escola, como forma de desenvolvimento do civismo e amor à pátria;
- Diariamente, seguir normas de saúde e segurança no trabalho utilizando os devidos EPIs e condutas necessárias para manter sua integridade física, como forma de desenvolvimento de boas práticas de segurança e de uma filosofia de vida tão importante para o seu desempenho profissional futuro, com segurança;
- Diariamente, aplicar o descarte correto de resíduos, coleta seletiva, e quando oportuno, o plantio de árvores e qualquer outra prática que vise à preservação do meio ambiente, como forma de desenvolvimento de uma filosofia de vida sustentável;

- Diariamente, seguir normas disciplinares e escolares, como por exemplo: respeito aos agentes educacionais e aos colegas, cumprimento de horários de aula, preservação do patrimônio da escola, limpeza e organização do ambiente de ensino, não utilização de materiais estranhos às atividades dentro dos ambientes de ensino, etc. como forma de desenvolvimento da ética, honestidade e disciplina, que são qualidades essenciais para o exercício de qualquer profissão e para o desenvolvimento do cidadão.

A aplicação ou não das práticas citadas poderão ser consideradas como parte das avaliações dos alunos ou, ainda, implicar em advertências administrativas ou educacionais para o aluno (dependendo de cada caso e de sua gravidade), não com o intuito punitivo, mas com o objetivo de desenvolver no aluno o senso de responsabilidade, conscientizando-o de que vivemos numa sociedade onde o respeito às regras é essencial para uma atuação cidadã responsável.

Qualquer trabalho pressupõe o estabelecimento de um conjunto de instruções que irá facilitar o seu desenvolvimento e determinar os elementos constitutivos para sua operacionalização. Para adequarmos a necessidade do mercado, com relação à formação profissional:

- os profissionais da escola farão visitas às empresas para fazer o acompanhamento dos alunos matriculados, alunos egressos e verificação de potenciais cursos a serem ofertados.

Este acompanhamento resultará na montagem de cenários alternativos, permitindo a identificação de oportunidades que orientarão a adoção de medidas estratégicas, as quais possibilitarão a construção de uma visão mais detalhada do mercado de trabalho.

5.2 EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO

Para o Ensino Médio, esta Proposta Pedagógica, visa a formação integral do estudante, que é o fundamento da estruturação curricular do curso, baseado na BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

A partir das referências legais atuais para o ensino médio e a educação profissional, criam-se caminhos para elaboração e implantação de desenhos curriculares criativos e indutores da construção de um ensino médio de forte cunho humanista, voltado para a formação dos jovens enquanto pessoas, profissionais e cidadãos.

Nossa diretriz é a partir da reflexão de uma educação significativa e pertinente, aquela em que se desenvolvem situações de aprendizagem adequadas ao aluno, considerando suas características e necessidades, e que promove o desenvolvimento de suas competências, habilidades, potencialidades e interesses.

Para que esse objetivo possa ser efetivado, é importante perseguir os seguintes preceitos:

- Educação como direito social;
- Educação com qualidade social;
- Trabalho, ciência, tecnologia e cultura: dimensões da formação humana;
- Trabalho como princípio educativo;
- Pesquisa como trabalho pedagógico;
- Direitos humanos como princípio norteador;
- Sustentabilidade ambiental como meta universal;
- A estética da sensibilidade;
- A política da igualdade;
- A ética da identidade.

O Ensino Médio da Escola SENAI “Shunji Nishimura” tem o objetivo de formar pessoas inovadoras, criativas e gestoras de seu desenvolvimento; com competências para consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para a continuidade dos estudos; competentes para transformar o meio e trabalhar em acordo com a natureza humana; competentes para continuarem aprendendo, de modo a serem capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; com condições para aprimorar-se como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento

da autonomia intelectual e do pensamento crítico; com competência para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada área de conhecimento.

A partir de 2022, atendendo às exigências do Novo Ensino Médio e, ainda, alinhado à vocação e missão do SENAI, a escola passará a ofertar o curso técnico integrado ao ensino médio, tendo como títulos: Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio. Os três títulos sendo desenvolvidos na Transformação: Arquitetura Pedagógica do SENAI-SP para a Educação.

5.3 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

A educação por competência visa ao desenvolvimento das capacidades de entender, julgar, analisar criticamente, tomar decisões e adaptar-se aos rápidos avanços das tecnologias da informação e comunicação, das atitudes técnicas e empreendedoras no trabalho em equipe.

Com base nessa formação por competência, primamos pela disseminação da cultura da inovação tecnológica, da propriedade intelectual e do empreendedorismo cultural.

Eis os pilares da Educação para a formação por competências conforme a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, coordenada por Jacques Delors:

- Aprender a aprender: o conhecimento não está mais fechado em livros inacessíveis e em locais de pouco acesso, uma das tarefas mais importantes da escola hoje é ensinar a descobrir os caminhos do conhecimento, conhecer onde e como ele se organiza e saber onde ele se encontra permanentemente atualizado.
- Aprender a fazer: não há razões para ter de optar entre o conhecimento e sua aplicação como se fossem caminhos distintos, pois saber implica necessariamente em saber fazer. Portanto, não

deve haver dissociação entre teoria e prática. A prática deve ser vista como metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o conhecimento aprendido.

- Aprender a conviver: todos dependem de todos, daí a importância de a educação trabalhar a aprendizagem da convivência, desenvolvendo competências interpessoais para o trabalho em equipe, chegando ao consenso através de negociações em grupo, organizando o trabalho de forma cooperativa e solidária, assumindo responsabilidades.
- Aprender a ser: o mundo atual exige de cada pessoa uma grande capacidade de autonomia e de julgamento, que passa desde a responsabilidade pessoal à realização do destino coletivo. Saber ser significa ter a consciência de que por trás do profissional há um ser humano e um cidadão, cujos valores, consciência ética e responsabilidade diante do mundo são tão decisórios para orientar a sua conduta em sua vida e no trabalho quanto o adequado domínio das tecnologias e das técnicas.

6. ESTRATÉGIAS

6.1 EDUCAÇÃO

- percepção de novas demandas (ouvir o cliente) e atendê-las quantitativa (aumentando o número de profissionais no mercado) e qualitativamente (formando novos perfis profissionais);
- ampliação e integração com o mundo do trabalho;
- planejamento do ensino centrado no desenvolvimento das competências e saberes do aluno;
- melhoria nas condições para o exercício profissional dos educadores, contribuindo assim para a melhoria da qualidade dos processos de aprendizagem;
- melhoria do material didático quanto à forma e conteúdo;
- estímulo ao desenvolvimento da autonomia docente e discente.

6.2 ADMINISTRATIVAS

- organograma adequado às características da Escola;
- processos ágeis e eficientes;
- autonomia das diferentes equipes da escola, com a supervisão da gestão.

6.3 FINANCEIRAS

- investimentos para otimizar custo de equipamentos, agregando novas tecnologias às ofertas educacionais;
- investimento em divulgação através de um plano de marketing;
- novas fontes de arrecadação através de serviços;
- estímulo a atitudes prevencionistas para otimização dos recursos.

6.4 RECURSOS HUMANOS

- ações de reconhecimento das experiências de sucesso dos funcionários ou equipes da escola através das diversas atividades promovidas pela escola favorecendo a troca de experiências;
- participação de funcionários em cursos, palestras e visitas a empresas e entidades, visando à melhoria de suas qualificações;
- capacitação dos docentes e da equipe escolar através de treinamentos.

6.5 COMUNIDADE PRESENTE

A integração da escola com a comunidade tem o intuito de promover ações mais eficazes no trato da diversidade cultural e pessoal, buscando a participação da comunidade como prática no processo de valorização e construção da cidadania. Assim, temos como objetivo:

- desenvolver e avaliar projetos/ações que visem à promoção da qualidade de vida e valorização da vida;

- promover eventos ao longo do ano para que a interação comunidade/SENAI proporcione momentos colaborativos de valorização e construção do cidadão;
- promover reuniões de pais semestralmente para que os pais dos estudantes tenham contato com seus professores.

6.6 MINIMIZAR EVASÃO

- Reuniões de acolhimento com os pais e alunos novos, dando ênfase ao perfil de conclusão de curso e forma de funcionamento do curso e escola e conscientizando sobre o papel do SENAI, como um órgão particular e que é mantido e administrado pela indústria. Assim sendo, os cursos gratuitos têm sua gratuidade para o aluno, mas são financiados pela indústria. Desta forma, mostramos os valores investidos na formação de cada aluno e o compromisso social que o aluno tem ao aceitar fazer um curso no SENAI, sem tirar a oportunidade de outra pessoa que poderia estar mais interessada e compromissada até o final;
- Orientação sobre o perfil de conclusão de curso e a contextualização de cada unidade curricular na formação desse perfil, realizado pelo docente no início e ao longo do curso;
- Orientação dos possíveis campos de atuação profissional em função de seu perfil de conclusão de curso;
- Verificação e tratamento de possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos no processo de ensino e aprendizagem;
- Acompanhamento constante da frequência e rendimento escolar dos alunos, no intuito de intervir precocemente nos processos que podem levar o aluno a evadir, mantendo relação constante com a família e promovendo premiações aos alunos que obtiveram 100% de frequência no semestre letivo;
- Orientação aos alunos que apresentarem desmotivação pelo curso;
- Orientação ao aluno sobre a relação de sua vida escolar e seu contrato de aprendizagem na empresa, no caso de alunos do CAI;
- Busca de apoio da família ou de profissionais especializados em caso de sinalização de desistência do curso por questões de ordem emocional;

- Desenvolvimento de Projeto de Vida com os alunos, proporcionando momentos em que os mesmos façam planejamentos para suas vidas em diferentes áreas, verificando como o SENAI pode ser importante para alcançar suas metas.
- Reuniões e qualificações pedagógicas e técnicas, que visam instrumentalizar os docentes, além de discutir as ações do dia a dia.
- Discussão sobre os valores e metas estipuladas pelo SENAI-SP com os docentes, visando sempre a adequação estratégica da instituição à realidade da escola;
- Apoio e orientação aos alunos e familiares para continuidade dos estudos.

6.7 APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Trabalhando com base na melhoria contínua do processo educacional da escola, temos atuado intensamente na formação continuada dos docentes. Desde 2016 a Escola realiza treinamentos na área pedagógica, que contou inicialmente com um alinhamento em relação à Metodologia SENAI de Educação Profissional, no qual foram abordados os Planos de Curso de cada área, o método para elaboração dos Perfis Profissionais e a relação entre Fundamentos / Capacidades e Unidades e Elementos de Competência e Padrões de Desempenho. Também trabalhamos PEARE, com o apoio da Supervisão e, ainda, Introdução à Prática Pedagógica, com o apoio da Gerência de Educação.

Em 2017 os docentes participaram de um novo treinamento visando a uniformidade dos conceitos referentes ao papel do docente com base na Metodologia SENAI de Educação Profissional e, durante o segundo semestre, houve um treinamento sobre a utilização de diferenciadas estratégias de ensino com conteúdo das capacidades sociais, organizativas e metodológicas dos cursos.

Em 2018, realizamos oficinas e minicursos sobre: o papel do docente na aprendizagem, psicologia da aprendizagem, avaliação da aprendizagem, projetos integrados e mediação da aprendizagem. Esses conteúdos foram

desenvolvidos a partir da participação de alguns docentes nos cursos do PROEDUCADOR, disseminando a aprendizagem.

Começamos o primeiro semestre de 2019 trabalhando com os docentes os temas pertinentes ao programa do SENAI Dimensão 360°, com palestra e roda de conversa, em parceria com a escola SENAI de Marília, sobre saúde mental, ansiedade, depressão e prevenção ao suicídio. Durante o segundo semestre, o treinamento teve como foco: Inteligências Múltiplas e Estratégias e Técnicas de Avaliação.

Em 2020, fizemos um estudo aprofundado sobre os princípios da Arquitetura Pedagógica Transformação. Não fizemos encontros presenciais, dada a circunstância da pandemia no país.

Em 2021, participamos de diversos cursos do PROEDUCADOR, que foi realizado na modalidade online.

Para 2022 e os anos seguintes, pretendemos participar das formações promovidas pelo PROEDUCADOR e de formações específicas voltadas para planejamentos integrados entre diferentes áreas, além de atuar nas diferentes necessidades previstas pela formação continuada docente.

Além da formação docente, ainda buscamos as seguintes ações:

- Buscar melhoria didático-pedagógica, através dos materiais e estratégias utilizados nas aulas e da metodologia utilizada pelo docente;
- Incentivo por parte do docente à participação dos alunos nas atividades de complementação de estudos;
- Envolvimento de toda comunidade escolar nas atividades extraclasse;
- Realizar atividades que propiciem momentos de reflexão entre os membros da comunidade escolar;
- Buscar melhoria física e tecnológica da escola;
- Atentar-se às reclamações e sugestões de cliente, procurando dar um retorno na maior brevidade possível.

7. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

7.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para o alcance do perfil profissional de conclusão de curso, continuamente os docentes elaboram o planejamento de ensino das capacidades previstas no plano de curso.

Esse planejamento consta de situações de aprendizagem desafiadoras e contextualizadas, colocando para o aluno situações que ocorrem dentro da indústria e que, para resolvê-las, há a necessidade de mobilizar determinadas capacidades técnicas e socioemocionais.

Subsidiando o desenvolvimento das capacidades técnicas, o currículo compõe conhecimentos relacionados à matemática, ciências e comunicação oral e escrita, que são planejadas integradamente com as unidades curriculares de cunho mais técnico, relacionados ao curso desenvolvido.

Para isso, a escola desenvolve o PID – Projeto Integrado de Disciplinas, quando docentes de diferentes áreas planejam situações de aprendizagem que englobam os diferentes conhecimentos.

Para o PID, os professores que lecionam matemática, ciências e comunicação oral e escrita, participam não apenas do planejamento, mas de algumas aulas práticas, para entender melhor os conceitos técnicos e aplicá-los com mais propriedade.

Inovando em tecnologia educacional, especificamente nos cursos técnicos, há a aplicação da Transformação: Arquitetura Pedagógica do SENAI-SP para a Educação. Nessa arquitetura pedagógica, o Projeto Integrado de Disciplinas ocorre englobando todas as unidades curriculares de cada curso, promovendo situações de aprendizagem denominadas Jornadas.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação de aprendizagem, entendida como um processo contínuo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa, deverá subsidiar as ações de orientação do educando, visando à melhoria de seus desempenhos.

A avaliação, parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem, compreenderá funções destinadas a:

- apuração de competências já dominadas pelo educando, de modo a subsidiar seus projetos de formação profissional;
- verificação dos avanços e dificuldades do educando no processo de apropriação e recriação das competências, para orientá-lo na melhoria do seu desempenho, em função do trabalho desenvolvido;
- tomada de consciência do educando sobre seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo de aprendizagem, priorizando a autoavaliação.

CRITÉRIOS E FORMAS DE AVALIAÇÃO

O processo avaliativo deverá ser sistemático e contínuo, dada a necessidade de uma avaliação realizada de forma organizada, na qual:

- as competências desejadas para a educação profissional estejam bem definidas;
- os objetivos, conteúdos, estratégias e meios possibilitem uma aprendizagem significativa.

A interpretação do domínio das competências deverá ser feita por meio de diferentes formas de avaliação, as quais asseguram o desenvolvimento de uma atitude de autoavaliação do educando e a integração na discussão dos resultados, entre aluno e docente, com base em critérios de avaliação pré-estabelecidos pelo docente e com ampla garantia de entendimento do educando.

O processo avaliativo deverá ser realizado:

- mediante o emprego de instrumentos e técnicas diversificadas em conformidade com a natureza das competências propostas para a educação profissional com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

NOTAS

As notas atribuídas serão números inteiros de 0 (zero) a 100 (cem), cuja média para aprovação será 50 (cinquenta).

Cada termo terá um único período de avaliação. A avaliação será realizada formativamente ao longo do termo e, na avaliação somativa, que afere o grau de autonomia do aluno no que foi estudado, será atribuída uma nota final para cada aluno.

A nota de cada período será calculada através de uma tabela de conversão entre o resultado obtido no alcance do desenvolvimento das competências e a proficiência numérica relativa ao resultado obtido no período de avaliação.

Cada período de avaliação deverá ter mais de uma forma de avaliação, critério esse que deverá ser definido nos planos de ensino de cada instrutor e/ou professor e para cada unidade curricular e termo, com preponderância para a autoavaliação.

Outros cursos e/ou treinamentos poderão se utilizar de formas de avaliação de modo a mensurar o aproveitamento dos alunos. A forma de avaliação e o sistema de medida deverão estar definidos no plano de ensino de cada curso e/ou treinamento de formação continuada.

Nos cursos em que há aplicação da Arquitetura Pedagógica Transformação (todos os cursos técnicos), a avaliação é feita através de autoavaliação nos critérios de avaliação definidos pelos docentes e que servem de norteadores para o processo de ensino e para a identificação da aprendizagem dos alunos.

Na Arquitetura Pedagógica Transformação, os níveis de desempenho são: Ainda não Sou Capaz; Sou Capaz com Ajuda; Sou Capaz com Autonomia e Sou Capaz de Ensinar.

PROMOÇÃO

Será considerado promovido ou concluinte de estudos, o educando que, ao final do período letivo, obtiver em cada unidade curricular ou módulo, nota final (NF), expressa em números inteiros, igual ou superior a 50 (cinquenta), numa escala de 0 a 100 e frequência igual ou superior a 75%. Será considerado retido o aluno que ficar abaixo do mínimo exigido em nota e/ou frequência preconizada pela proposta pedagógica e legislação educacional vigente.

Ao aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% e nota entre 40 e 49 nas Unidades Curriculares em fechamento de período de avaliação, cabe ao Conselho de Classe a promoção ou retenção do aluno.

O aluno retido no último período letivo do curso em até 3 unidades curriculares, poderá cumprir apenas a(s) unidade(s) curricular(es) em questão, de acordo com o Regimento Comum das Unidades Escolares SENAI.

Nos cursos em que há a aplicação da Arquitetura Pedagógica Transformação, o desempenho mínimo é: Sou Capaz Com Autonomia e a frequência mínima é de 75%.

RECUPERAÇÃO

A recuperação, parte integrante do processo de construção do conhecimento, deverá ser entendida como orientação contínua de estudos, respeitando a singularidade do educando.

A recuperação deverá ocorrer de forma contínua, nos ambientes pedagógicos, em que o docente, a partir da ação educativa desencadeada, criará novas estratégias de ensino e dará atendimento ao educando que dele necessitar, por meio de atividades diversificadas.

7.2 EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO

A educação básica – ensino médio – é desenvolvida totalmente na Transformação: Arquitetura Pedagógica do SENAI-SP para a Educação.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Desde 2015, na construção do currículo, optou-se por adotar as grandes áreas do conhecimento e suas respectivas competências, habilidades e conhecimentos. Essa opção busca facilitar a articulação e integração entre as áreas e, dessa forma, evitar a excessiva fragmentação típica da estruturação curricular por disciplina.

A partir do perfil de conclusão e dos documentos consultados, foram identificadas as competências que compõem esse perfil. Inicialmente essas foram agrupadas pelas unidades curriculares, e suas respectivas áreas do conhecimento.

Uma etapa fundamental para compreensão de todo o construto foi a elaboração de mapas mentais de cada uma das unidades curriculares com suas competências, habilidades e conhecimentos.

No entanto, a subdivisão em unidades curriculares foi suprimida pela compreensão que a organização das competências por áreas de conhecimento favoreceria a concepção de que a escola “deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado”, conforme o pressuposto legal que versa sobre a qualidade social da educação.

Para garantir a solidez desse processo em construção, as habilidades que constituem cada uma das competências deveriam se relacionar sob dois aspectos: sob o ponto de vista da pertinência da habilidade para o

desenvolvimento da competência e em acordo com o nível cognitivo necessário para seu alcance.

Nesse ponto foi imperativo adotar uma taxonomia e compor uma matriz para alocar as habilidades em relação a cada uma das áreas, suas competências e o grau de aprofundamento requerido. A taxonomia adotada é baseada na taxonomia cognitiva de Benjamin Bloom.

Esses níveis cognitivos também são utilizados pelos sistemas de gerenciamento do processo de ensino e aprendizagem, em ferramentas empregadas para autoavaliação dos alunos.

A partir de 2021, com a adoção da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, houve uma revisão curricular e, mesmo que fossem necessários pequenos ajustes, houve aderência ao requerido pela BNCC que determina um currículo mínimo a todos os estudantes brasileiros.

O Núcleo articulador, já percebido quando da adoção da Estética da sensibilidade como pressuposto legal, fez-se incontestável durante a construção do currículo. Se no primeiro momento intentava-se “uma atitude diante de todas as formas de expressão, que deve estar presente no desenvolvimento do currículo e na gestão escolar”, na concretização dessa organização curricular era urgente garantir que “o espaço e o tempo são planejados para acolher e expressar a diversidade dos alunos e oportunizar trocas de significados”.

Se reconhecidamente esse trabalho persegue a constituição de um aluno que seja formado em acordo com um único perfil de conclusão, que integra os unidades curriculares em áreas de conhecimento tanto na organização curricular quanto na prática pedagógica, que explicita suas teias e que garante tempo e espaço para que os sentidos sejam negociados e construídos com a participação de todos os seus atores, então está conforme o conceito de transdisciplinaridade, segundo extrapolações sobre os estudos de Jean Piaget.

PLANEJAMENTO DE ENSINO

Os processos de ensino e de aprendizagem são pensados por todos os docentes do ensino médio, tendo em vista as competências, habilidades e conhecimentos das grandes áreas do conhecimento.

Para que eles ocorram, são promovidas situações de aprendizagens denominadas “jornadas”.

Cada jornada é planejada por todos os docentes de todas as áreas do conhecimento, em momento de preparação coletiva semanal.

A jornada pode ser desenvolvida a partir de temas, propósitos ou competências, de acordo com a intencionalidade em questão.

Após definida a intencionalidade, os docentes selecionam as competências, habilidades e conhecimentos a serem desenvolvidos naquela jornada e, a partir daí, elaboram atividades conjuntas para o alcance desses objetivos.

Todas as atividades referentes a jornada em questão, são inseridas antes da mesma iniciar-se em um sistema computacional que fica à disposição do aluno. O aluno pode acessar o sistema tanto na escola quanto em sua casa, desde que possua internet. Através desse sistema, o aluno tem total autonomia para seguir em frente com seus estudos, não sendo necessário “caminhar” junto com os demais alunos.

Os docentes planejam atividades individuais e em pequenos ou grandes grupos e elas podem ser desenvolvidas pelos próprios alunos em momento fora do horário de aula, nas aulas específicas de cada área de conhecimento ou no núcleo articulador.

NÚCLEO ARTICULADOR

O núcleo articulador é o momento em que os docentes de todas as áreas estão juntos com os alunos ao mesmo tempo.

No núcleo articulador os docentes podem desenvolver atividades planejadas, assim como acompanhar individualmente cada aluno em seu ritmo particular, tirando dúvidas e dando orientações específicas.

Da mesma maneira que os conhecimentos se vinculam às quatro áreas do conhecimento, que o planejamento docente precisa ser realizado pelo conjunto dos docentes é necessário garantir um espaço e um tempo para que os alunos elaborem as ligações entre os conhecimentos e suas relações com o que se espera em termos de competência. Na cultura escolar atual o conhecimento é compartimentalizado em agrupamentos predefinidos e as ligações ficam subjacentes ao conteúdo abordado. Na Arquitetura Pedagógica Transformação, essas conexões são explicitadas e negociadas entre alunos e docentes. Considerando-se que há evidentes esquinas entre as áreas, é preciso que os professores estejam disponíveis, ao mesmo tempo, para auxiliar na construção dessa delicada construção de engenharia e para que possam ajustar entre si e com seus alunos os laços entre suas unidades, suas respectivas áreas e onde estão atreladas em relação às competências e ao perfil de conclusão.

Esse é o momento de os alunos perceberem a transdisciplinaridade que costura, no currículo, as áreas de conhecimento e amarra, para os docentes, a preparação das jornadas.

Esse é também o líquido primordial que envolve as áreas de conhecimento. Aquilo que engloba as matérias que sejam compartilhadas entre as áreas. Localiza os conteúdos que não se ligam diretamente a nenhuma delas.

Pode se constituir, a partir de experiências coletivas, como um lugar de insights, uma possibilidade de negociar diferentes tempos de aprendizagem, diferentes sentidos, compartilhar experiências, articularem ações, levantar demandas e suturar conhecimentos às habilidades, ou estas às competências, ou estas ao perfil de conclusão.

AUTONOMIA

É no encontro vivo entre docentes e alunos, que perseguem um mesmo propósito e, nesse trabalho, compartilham a responsabilidade por tal empreitada, que as práticas pedagógicas ganham o destaque que merecem.

Não fosse por esse momento privilegiado do encontro de sujeitos atores/autores de suas histórias e que carregam a possibilidade de transformação não haveria necessidade de discorrer sobre práticas pedagógicas.

Seguindo os preceitos do *Deep Learning*, os alunos são considerados potenciais transformadores e criadores da sua própria realidade assim como de seu entorno.

Ao assumirem esse papel de construtores devem ser necessariamente autônomos.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem, segundo orientações legais e modernas teorias de aprendizagem, deve ser desenvolvida pela escola refletindo as concepções educacionais adotadas, as abordagens metodológicas pertinentes, os recursos tecnológicos utilizados e as intenções do curso em questão. Segundo documentos normativos deve assumir caráter educativo que permita ao estudante analisar seu percurso e que permita que o professor identifique dificuldades e potencialidades individuais e coletivas.

Para a Arquitetura Pedagógica Transformação, considera-se que o aluno é o único que verdadeiramente pode falar sobre seu aprendizado e evolução em relação às competências, habilidades e conhecimentos. Ele precisa regular internamente e construir mecanismos retroalimentados de aprendizagem. O objetivo do aluno é o seu aprendizado e não o vencimento de unidades, conteúdos ou conhecimentos.

Para isso, os docentes acompanharão continuamente o alcance das habilidades e das competências, fazendo uma intervenção quando julgarem pertinente, garantindo a qualidade do ensino.

A avaliação é feita através de autoavaliação nos critérios de avaliação definidos pelos docentes e que servem de norteadores para o processo de ensino e para a identificação da aprendizagem dos alunos. Na Arquitetura Pedagógica Transformação, os níveis de desempenho são: Ainda não Sou Capaz; Sou Capaz com Ajuda; Sou Capaz com Autonomia e Sou Capaz de Ensinar.

A cada finalização de jornada e após ter realizado suas autoavaliações, o aluno preenche a folha de ADI - avaliação de desempenho individual, com o objetivo de refletir sobre as competências e capacidades técnicas e socioemocionais desenvolvidas durante a jornada. Após o preenchimento, os alunos, individualmente, são chamados por um dos professores disponíveis no núcleo articulador e juntamente com sua folha de ADI, projeto de vida e cronograma de estudos têm seu momento de reflexão e análise de desempenho e sendo necessário, nesse momento são estabelecidas metas de superação para próxima jornada.

8. COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES

A escola fará o controle sistemático de frequência dos alunos às atividades escolares e adotará as medidas necessárias para que os alunos possam compensar ausências que ultrapassem o limite de 25% do total das aulas dadas ao longo de cada período letivo e/ou que sejam necessárias para o alcance dos objetivos educacionais:

- As atividades de compensação de ausências serão programadas, orientadas e registradas pelo professor da turma ou das unidades curriculares, com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas por frequência irregular às aulas.
- A compensação de ausências não exime a escola de adotar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e nem a família e o próprio aluno de justificar suas faltas.

A escola desenvolverá, quando contar com instalações, recursos humanos, materiais e orçamentos disponíveis, a compensação de ausências e de conteúdos considerando que essa duração não ultrapasse o máximo ainda que admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizagem.

Será proporcionada a compensação de ausência ao educando que apresentar justificativa referente à assiduidade inferior a 75% conforme deliberação vigente e/ou ao educando que não atingiu os objetivos educacionais necessários à sua formação. A compensação será realizada na própria unidade escolar, em horário não coincidente com o horário normal de aulas do aluno e o docente será responsável pelo controle e registro correspondentes, assim como pela avaliação do alcance dos objetivos educacionais. As ausências compensadas serão descontadas do total de faltas dadas pelo aluno, para efeito de cômputo final de sua frequência no diário de classe.

Serão desenvolvidas atividades domiciliares nos casos previstos conforme legislação vigente:

- que dispõe exercício domiciliares, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades de acompanhamento pela escola para alunos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições que impossibilitem a presença do aluno nas atividades escolares regulares;
- que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses determinado por atestado médico.

As atividades domiciliares serão desenvolvidas nas unidades curriculares e conteúdos que forem possíveis serem feitos em domicílio e o rendimento do aluno está passível de aprovação do docente que acompanha o processo educacional.

O abono de faltas só é permitido para convocado matriculado em Órgão de Formação de Reserva que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercício ou manobras, ou reservista que seja chamado, para fins

de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica, do Dia do Reservista conforme Decreto.

9. SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Considerando o disposto no Regimento Interno, a escola aplicará os critérios determinados pela Administração Central do SENAI – SP, mediante a seleção prévia e matrícula no caso dos alunos dos Cursos de Aprendizagem Industrial, dos Cursos Técnicos e do Ensino Médio. Em cursos da Formação Inicial e Continuada a matrícula será por ordem de chegada e, se necessário, haverá um exame de seleção.

Estudos realizados em qualquer curso em uma unidade escolar SENAI poderão ser aproveitados, atendida a legislação e normas vigentes do Departamento Regional do SENAI – SP, passando pelo crivo da Comissão de Avaliação.

Para aproveitamento de estudos, cabe à Comissão de Avaliação decidir sobre a realização de avaliações elaboradas pelos docentes da unidade escolar para verificação das competências adquiridas e deferir ou não o aproveitamento.

Os critérios usados para análise e aproveitamento de estudos (Curso de Aprendizagem Industrial, Curso Técnico e Formação Continuada) serão:

- pré-requisitos exigidos pela instituição para efetivação da matrícula no curso pretendido;
- e/ou competências adquiridas;
- e/ou avaliação sobre os conteúdos das unidades curriculares pretendidas.

O aproveitamento de estudos dependerá de parecer devidamente fundamentado pela comissão designada pelo diretor da unidade escolar, e registrado todo o processo em documentos específicos.

10. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao aluno que concluir estudos será conferido documento que comprove essa condição, como segue:

- Certificado de Iniciação Profissional.
- Certificado ao concluinte da fase escolar de Formação Inicial da Aprendizagem Industrial Básica;
- Certificado de Qualificação Profissional de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Diploma de habilitação técnica.
- Formação Continuada – Certificado de Aperfeiçoamento Profissional ou Especialização Profissional.

Ao término do Ensino Médio, será conferido certificado de conclusão do Ensino Médio aos alunos que forem aprovados em acordo com as diretrizes de avaliação.

Diplomas e certificados serão registrados pelo órgão competente do Departamento Regional e terão validade nacional.

11. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD

São considerados alunos com necessidades educacionais especiais:

- alunos com deficiência física, intelectual, sensorial e múltipla, que demandem atendimento educacional especializado;
- alunos com altas habilidades, superdotação e grande facilidade de aprendizagem, que os levem a dominar, rapidamente, conceitos, procedimentos e atitudes;

- alunos com transtornos invasivos de desenvolvimento;
- alunos com outras dificuldades ou limitações acentuadas no processo de desenvolvimento, que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares e necessitam de recursos pedagógicos adicionais.

O atendimento escolar a ser oferecido ao aluno com necessidades educacionais especiais deverá ser orientado por avaliação pedagógica, realizada por uma equipe multidisciplinar da escola, podendo, ainda, contar com relação aos aspectos físicos, motores, visuais, auditivos e psicossociais, com o apoio de profissionais especializados da Gerência de Educação e de profissionais da área da saúde.

12. AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO

Agentes do processo educativo são todos os profissionais que exercem atividades de docência e oferecem suporte pedagógico direto, incluídas as atividades de direção ou de administração escolar, apoio técnico ou de orientação, além dos educandos, da família e representantes da comunidade junto à unidade escolar.

A escola atenderá aos seguintes princípios, que regerão as relações entre os agentes do processo educativo:

- criação de clima de confiança e ética que promova o desenvolvimento interpessoal e participativo de todos os envolvidos no processo educativo;
- oferecimento de diferentes oportunidades de capacitação profissional;
- valorização dos profissionais, estimulando-os em suas iniciativas inovadoras;
- diálogo com os que necessitam se integrar a uma ação educacional coletiva e a um trabalho de maior qualidade;

- criação de condições de capacitação contínua, de modo a manter seus profissionais atualizados com as questões primordiais de educação, trabalho e cidadania;
- articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a Escola;
- promoção de ações educativas junto à comunidade que enriqueçam o desenvolvimento do educando e favoreçam a preservação da sua cidadania.

Para o desenvolvimento efetivo destes princípios, a Escola contará com:

- orientações precisas da Instituição sobre filosofia, políticas e metas educacionais a serem alcançadas;
- respeito a sua singularidade no tocante à definição de metas, objetivos e estratégias da Proposta Pedagógica;
- profissionais comprometidos com o pleno desenvolvimento do educando e em consonância com a Proposta Pedagógica da Escola e com a Proposta Educacional da Instituição;
- desenvolvimento de competências sociais, visando ao comprometimento dos educandos com o ensino e a aprendizagem e a sua autocondução.

13. INSTITUIÇÕES AUXILIARES

A escola deve ser o espaço-tempo da prática pedagógica em que os jovens relacionam-se entre si e com os professores divulgando ideias, valores, ciência, arte e cultura, livros, equipamentos, problemas e desafios, concretizando a missão da escola de criar as oportunidades para que eles se desenvolvam, construam e reconstruam o saber.

Para viabilizar um projeto político-pedagógico globalizado e interdisciplinar, a gestão escolar deve prever formas democráticas de organização e funcionamento da escola, incluindo as relações de trabalho no seu interior.

Nessa perspectiva, as instituições auxiliares que desempenharão papel importante, atuando em sintonia por integrar o projeto pedagógico, são: Conselho de Classe, Associação de Alunos, ex-alunos, Pais e Mestres (AAPM) e Núcleo de Prevenção de Acidentes e Apoio à Defesa Civil (NPAADC).

CONSELHO DE CLASSE

Este conselho deve configurar como espaço não só possibilitador da análise do desempenho do aluno, mas também do desempenho da própria escola de forma conjunta e cooperativa pelos que integram a organização escolar, com proposição de rumos para ação, rompendo-se com a finalidade classificatória e seletiva.

As discussões que surgirem no Conselho de Classe deverão ter força para impulsionar o movimento de reflexão sobre as posições divergentes, não olhando somente a situação do aluno, e sim, trabalhando as diferenças e analisando os projetos educacionais. Assim, de forma coletiva serão revelados os princípios comuns e compromisso da escola com o aluno.

O Conselho deve ser um espaço de decisão coletiva em que se enfrenta o desafio de construir e renovar o projeto educacional por meio de relações compartilhadas.

Como colegiado responsável pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, o Conselho de Classe organizar-se-á de forma a:

- possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos;
- propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;
- favorecer a integração e sequência dos conteúdos curriculares de cada turma;
- analisar o desempenho dos alunos e identificar os componentes facilitadores e dificultadores do processo de ensino e aprendizagem.

O Conselho de Classe é formado pelos docentes da sala, coordenação e direção.

A.A.P.M. – Associação de alunos, ex-alunos, pais e mestres

A A.A.P.M., como um dos núcleos de desenvolvimento da cidadania, caberá colaborar com a escola no desenvolvimento das competências sociais dos educandos, por meio de eventos e atividades cívico-culturais, recreativas, esportivas, de complementação de estudos e de assistência ao aluno.

NPAADC – Núcleo de Prevenção de Acidentes e Apoio à Defesa Civil

Órgão que tem por finalidade principal:

- orientar, sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de sua participação ativa na prevenção de acidentes e na segurança do trabalho;
- atuar para a preservação do meio ambiente e promover ações educativas relacionadas às diversas dimensões da qualidade ambiental;
- identificar os problemas, ameaças e vulnerabilidades da região em que a escola se localiza e atuar como apoio à Defesa Civil, em

campanhas para prevenir e minimizar riscos em ações de ajuda às vítimas de desastres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 715, de 30 de julho de 1969. Altera dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 jul. 1969.

_____. Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 out. 1969.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 6.202, de 17 de abril 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 abr. 1975.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jan. 2021.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HOFFMAN, J. **Avaliação**: mito e desafio, uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Editora Mediação, 1991.

MEIER, Marcos. **Mediação da aprendizagem**: contribuições de Feuerstein e de Vygotsky. Curitiba: Edição do autor, 2007.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SENAI. DN. **Metodologia de avaliação e certificação de competências**. Brasília: SENAI-DN, 2002.

_____. **Metodologia para elaboração de perfis profissionais**. Brasília: SENAI-DN, 2002.

_____. **Metodologia para desenvolvimento e avaliação de competências: formação e certificação profissional**. Brasília: SENAI-DN, 2003.

_____. **Norteador da prática pedagógica: formação em competências**. Brasília: SENAI-DN, 2006.

SENAI. SP. **O Giz e a graxa**: meio século de educação para o trabalho. São Paulo: SENAI-SP, 1992.

_____. **Regimento comum das unidades escolares SENAI.** São Paulo: SENAI-SP, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1994.

VIEIRA, Denise Maria Rangel. **Gestão do processo educacional.** Florianópolis: SENAI-SC, 2010.

WORLD ECONOMIC FÓRUM. **The Future of Jobs Report 2020.** Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2020. 163 p. Disponível em: < https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf >. Acesso em: 25 jun. 2021.

CONTROLE DE REVISÕES

VERSÃO	DATA	NATUREZA DA ALTERAÇÃO
01	01/05/2012	Elaboração da Proposta Pedagógica
02	09/01/2015	Revisão da Proposta Pedagógica
03	03/11/2017	Revisão da Proposta Pedagógica
04	03/11/2020	Revisão da Proposta Pedagógica
05	01/04/2021	Revisão da Proposta Pedagógica
06	23/02/2022	Revisão da Proposta Pedagógica



Escola SENAI “Shunji Nishimura”

Av. Fundação Shunji Nishimura, nº 605 – Distrito Industrial
Pompeia-SP - CEP 17.586-200
Telefone/fax (14) 3405-1550
E-mail: senaipompeia@sp.senai.br
Site: pompeia.sp.senai.br